



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

Ofício nº 047/2011/PRESI-CNMP

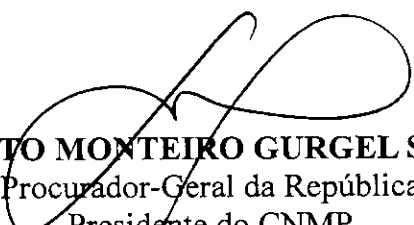
Brasília, 12 de maio de 2011.

A Sua Excelência o Senhor
MARCO AURÉLIO SPALL MAIA
Presidente da Câmara dos Deputados

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência cópia autenticada da Resolução CNMP Nº 46, de 13 de outubro de 2009, que regulamenta os critérios de retribuição pecuniária aos membros auxiliares do Conselho Nacional do Ministério Público, bem como os estudos técnicos anexos (Anexo I - Relatório de Gestão Fiscal e Anexo II - Impacto Orçamentário da Despesa), a fim de serem anexados ao PL 7429/2010.

Atenciosamente,


ROBERTO MONTEIRO GURGEL SANTOS
Procurador-Geral da República
Presidente do CNMP

Set. - Geral da Mesa SEND 16/05/2011 - 11:55
ENTOR 419098
Ass.: J. Gurgel
LEI 7429/2010
CNMP



34
4

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

RESOLUÇÃO Nº 46, DE 13 DE OUTUBRO DE 2009.

**Regulamenta critérios de retribuição pecuniária
aos membros auxiliares do Conselho Nacional
do Ministério Público.**

O CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no exercício das atribuições conferidas pelo artigo 130-A, § 2º, inciso I, da Constituição da República e no artigo 19 do seu Regimento Interno, em conformidade com a decisão Plenária tomada na 11ª Sessão Extraordinária, realizada em 13 de outubro de 2009;

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 11.883, de 23 de dezembro de 2008;

CONSIDERANDO a necessidade de fixar regras e critérios gerais e uniformes, estabelecendo a forma de retribuição pecuniária para os membros do Ministério Público que prestam serviços de auxílio ao Conselho, até que nova disciplina seja fixada em lei;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal e o Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público preveem a requisição compulsória de membros do Ministério Público para auxiliarem nos serviços da Presidência e da Corregedoria Nacional do Ministério Público, vedando o ordenamento jurídico a prestação de serviços gratuitos;

CONSIDERANDO que os membros auxiliares exercem funções delegadas, nos termos do art. 130-A, § 3º, inciso III, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, estabelece em seu art. 45 o pagamento de diferença de vencimentos ao membro que for convocado ou designado para atuar em cargo diferente do original;

CONSIDERANDO, por fim, que as Leis nºs 11.306, de 16 de maio de 2006, 11.451, de 07 de fevereiro de 2007, 11.647, de 24 de março de 2008 e 11.897, de 30 de dezembro de 2008,

Confirmação
Gustavo Damasceno Silva
Secretário Jurídico
CNMP - Matrícula 20090

Doc 47 16/2009

estabeleceram expressamente recursos orçamentários para pagamento de pessoal ao Conselho Nacional do Ministério Público;

32
40

RESOLVE:

Art. 1º Os membros do Ministério Público requisitados para auxiliarem a Presidência, a Corregedoria Nacional ou as Comissões do Conselho Nacional do Ministério Público perceberão a diferença de subsídio correspondente ao cargo de Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público.

Art. 2º O Conselho Nacional do Ministério Público poderá providenciar a celebração de termos de cooperação técnica com os diversos ramos do Ministério Público brasileiro, com o objetivo de promover o suporte logístico e de pessoal, disponibilizando servidores de seus quadros de pessoal para exercerem suas funções no âmbito exclusivo do Conselho Nacional do Ministério Público.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data da sua publicação, com efeitos financeiros relativos às requisições já realizadas.

Brasília, 13 de outubro de 2009.

ROBERTO MONTEIRO GURGEL SANTOS
Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público

Confere com original.
Gustavo Damplona Silva
Secretário Jurídico
CNMP - Ministério Público

ANEXO I
MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO A DEZEMBRO/2009 A JAN A ABRIL/2010

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ Milhares

DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	2.396.487	7.596
Pessoal Ativo	1.992.830	5.178
Pessoal Inativo e Pensionistas	403.657	2.418
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	508.103	0
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0	
Decorrentes de Decisão Judicial		
Despesas de Exercícios Anteriores	117.276	0
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	390.827	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	1.888.384	7.596
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	468.699.862	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 0,60%	2.812.199	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 0,57%	2.671.589	

Fonte: SLAFI

AL
Taíssa Couto Rosa Dagher
 Secretária de Planejamento Orçamentário
 CPO/P

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

2010 - (Situação atual e acréscimo de 20 Membros Auxiliares)

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	2.399.826	7.596
Pessoal Ativo	1.996.169	5.178
Pessoal Inativo e Pensionistas	403.657	2.418
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)		
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	508.103	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		
Decorrentes de Decisão Judicial		
Despesas de Exercícios Anteriores	117.276	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	390.827	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	1.891.723	7.596
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III + III b)	1.899.319	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	468.699.862
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100	0,41
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 0,60%	2.812.199
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 0,57%	2.671.589

Fonte: SIAFI

Nota: Mantida Receita Corrente Líquida - RCL


Taíssa Couto Rosa Dagher
 Secretária de Planejamento Orçamentário
 CNMP

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

2011 - (Situação 2010 e acréscimo de 5% de reajuste do subsídio)

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	2.399.993	7.596
Pessoal Ativo	1.996.336	5.178
Pessoal Inativo e Pensionistas	403.657	2.418
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)		
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	508.103	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		
Decorrentes de Decisão Judicial		
Despesas de Exercícios Anteriores	117.276	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	390.827	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	1.891.890	7.596
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	1.899.486	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	468.699.862
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100	0,41
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 0,60%	2.812.199
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 0,57%	2.671.589

Fonte: SIAFI

Nota: Mantida Receita Corrente Líquida - RCL


Taíssa Couto Rosa Dagher
 Secretária de Planejamento Orçamentário
 CNMP

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

2012 - (Situação 2011 e acréscimo de 5% de reajuste do subsídio)

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	2.400.169	7.596
Pessoal Ativo	1.996.512	5.178
Pessoal Inativo e Pensionistas	403.657	2.418
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)		
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	508.103	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		
Decorrentes de Decisão Judicial		
Despesas de Exercícios Anteriores	117.276	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	390.827	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	1.892.066	7.596
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	1.899.662	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)		468.699.862
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100		0,41
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 0,60%		2.812.199
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 0,57%		2.671.589

Fonte: SIAFI

Nota: Mantida Receita Corrente Líquida - RCL


Taíssa Couto Rosa Dagher
 Secretária de Planejamento Orçamentário
 CNMP

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

2013 - (Situação 2012 e acréscimo de 5% de reajuste do subsídio)

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Unidades 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	2.400.350	7.596
Pessoal Ativo	1.996.693	5.178
Pessoal Inativo e Pensionistas	403.657	2.418
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)		
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	508.103	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		
Decorrentes de Decisão Judicial		
Despesas de Exercícios Anteriores	117.276	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	390.827	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	1.892.247	7.596
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	1.899.343	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	468.699.862
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100	0,41
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 0,60%	2.812.199
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 0,57%	2.671.589

Fonte: SIAFI

Nota: Mantida Receita Corrente Líquida - RCL


Taíssa Couto Rosa Dagher
 Secretária de Planejamento Orçamentário
 CNMP

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
SECRETARIA-GERAL
PROJEÇÃO DA DESPESA COM RETRIBUIÇÃO PECUNIÁRIA DE MEMBROS AUXILIARES EM 2010 (+ PATRONAL)

ANEXO II

REMUNERAÇÃO BASE (MENOR SUBSÍDIO MP) ⁽¹⁾	REMUNERAÇÃO CONSELHEIRO CNMP (Fev/2010)	IMPACTO MENSAL		IMPACTO FÉRIAS 2010 ⁽²⁾	13º SALÁRIO	IMPACTO FINANCEIRO EM 2010	IMPACTO PATRONAL EM 2010	IMPACTO TOTAL 2010 (PESSOAL ATIVO+PATRONAL)
		FÍSICO	FINANCEIRO					
(a)	(b)	(c)	(d)=(b)-(a)x(c)	(e)	(f)	(g)=(d)x12+(e)+f	(h)	(i)=(g)+(h)
15.823,57	25.386,97	20	191.268,00	306.028,80	191.268,00	2.792.512,80	547.026,48	3.339.539,28
		20	191.268	306.029	191.268	2.792.513	547.026	3.339.539

NOTA:

(1) Baseada no subsídio de Promotor de Justiça Substituto AM publicada no edital nº 1/2010-PGJ-AM, de 9/2/2010.

(2) Considera abono pecuniário.


Taisa Couto Rosa Daglier
 Secretária de Planejamento Organizacional
 CNMP

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
SECRETARIA-GERAL
PROJEÇÃO DA DESPESA COM RETRIBUIÇÃO PECUNIÁRIA DE MEMBROS AUXILIARES EM 2011 (+ PATRONAL)

ANEXO II

R\$1,00

REMUNERAÇÃO BASE (MENOR SUBSÍDIO MP+5%) ⁽¹⁾	REMUNERAÇÃO CONSELHEIRO CNMP (FEV/2010 + 5%)	IMPACTO MENSAL		IMPACTO FÉRIAS 2011 ⁽²⁾	13º SALÁRIO	IMPACTO FINANCEIRO EM 2011	IMPACTO PATRONAL EM 2011	IMPACTO TOTAL 2011 (PESSOAL ATIVO+PATRONAL)
		FÍSICO	FINANCEIRO					
(a)	(b)	(c)	(d)=(b)-(a)x(c)	(e)	(f)	(g)=(d)x12+(e)+(f)	(h)	(i)=(g)+(h)
16.614,75	26.656,32	20	200.831,40	321.330,24	200.831,40	2.932.138,44	574.377,80	3.506.516,24
		20	200.831	321.330	200.831	2.932.138	574.378	3.506.516

NOTA:

- (1) Baseada no subsídio de Promotor de Justiça Substituto AM publicada no edital nº 1/2010-PGJ-AM, de 9/2/2010, acrescida de 5%, a título de provável reajuste de subsídio para 2011.
(2) Considera abono pecuniário.


Taissa Couto Rosa Dagher
Secretária de Planejamento Orçamentário
CNMP

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
SECRETARIA-GERAL
PROJEÇÃO DA DESPESA COM RETRIBUIÇÃO PECUNIÁRIA DE MEMBROS AUXILIARES EM 2012 (+ PATRONAL)

ANEXO II

R\$ 1,00

REMUNERAÇÃO BASE (MENOR SUBSÍDIO MP+5%)(1)	REMUNERAÇÃO CONSELHEIRO CNMP (2011 + 5%)	IMPACTO MENSAL		IMPACTO FÉRIAS 2012(2)	13º SALÁRIO	IMPACTO FINANCEIRO EM 2012	IMPACTO PATRONAL EM 2012	IMPACTO TOTAL 2012 (PESSOAL ATIVO+PATRONAL)
		FÍSICO	FINANCEIRO					
(a)	(b)	(c)	(d)=(b)-(a)x(c)	(e)	(f)	(g)=(d)x12+(e)+f)	(h)	(i)=(g)+(h)
17.445,49	27.989,13	20	210.872,97	337.396,75	210.872,97	3.078.745,36	603.096,69	3.681.842,06
		20	210.873	337.397	210.873	3.078.745	603.097	3.681.842

NOTA:

(1) Baseada no subsídio de Promotor de Justiça Substituto AM, publicada no edital nº 1/2010-PGJ-AM, de 9/2/2010, atualizada em 5%, para 2011 e acrescida de 5%, a título de provável reajuste de subsídio para 2012.

(2) Considera abono pecuniário.


Taissa Couto Rosa-Dagher
 Secretária de Planejamento Orçamentário
 CNMP